



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

IMPRENSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Avenida Manoel
Novaes -S/N Anx 2,
Bom Jesus DaLapa - Ba,
47600-000

Telefone



(77) 3481-4214 / (77)
3481-5777

Horário



Segunda a sexta-feira,
das 08:00 às 13:00
horas

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

LEIS

- 01 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 - CAPA
- 03 - LEI Nº 626 DE 22 DE JULHO DE 2019 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- 04 - DEMONSTRATIVO I □ METAS ANUAIS
- 05 - DEMONSTRATIVO 2 □ AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
- 06 - DEMONSTRATIVO 3 □ METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
- 07 - DEMONSTRATIVO 4 □ EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 08 - DEMONSTRATIVO 5 □ ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
- 09 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
- 10 - DEMONSTRATIVO 7 □ ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
- 11 - DEMONSTRATIVO 8 □ MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
- 12 - DEMONSTRATIVO IX: MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO
- 13 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
- 14 - PROGRAMAS DE GOVERNO, AÇÕES E INDICADORES
- 15 - CAPAS LDO 2020
- LEI Nº 621 DE 07 DE JUNHO DE 2019 - INCLUI EM PROGRAMA DO PPA, LDO E LOA E ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL - ERRATA

CONTRATOS

RESCISÃO DE CONTRATO

- TERMO DE DISTRATO ADMINISTRATIVO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - CONTRATO Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020 -



Lei n.º 626/2019

Administração:
EURES RIBEIRO PEREIRA



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO I - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL..... | 3 |
| CAPITULO II - DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES | 4 |
| SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 4 |
| SEÇÃO II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL..... | 6 |
| SEÇÃO III - DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES | 18 |
| CAPITULO III - DA GERAÇÃO DA DESPESA..... | 26 |
| CAPITULO IV - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS..... | 28 |
| CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS | 32 |
| CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL..... | 33 |
| SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 33 |
| SEÇÃO II - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL..... | 34 |
| CAPITULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS | 36 |
| ANEXO I - METAS ANUAIS | 41 |
| ANEXO II - RISCOS FISCAIS | 52 |
| ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - PPA | 54 |



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia**

Lei nº 626 de 22 de julho de 2019.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e, com base na legislação pertinente, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Bom Jesus da Lapa para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, § 2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. A estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III. A geração de despesas;
- IV. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições sobre alterações na legislação tributária e Política de arrecadação de receitas;
- VI. As disposições do regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII. As disposições finais;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

CAPÍTULO I - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades da gestão pública municipal serão as seguintes:

- I. Desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;
- II. Modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;
- III. Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;
- IV. Desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;
- V. Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, sonegação e à evasão de receitas;
- VI. Austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- VII. Apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados a história, cultura e arte;
- VIII. Promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

- IX. Ampliação do acesso da população aos serviços básicos da saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;
- X. Desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros.

Art. 3º - As metas prioritárias para o exercício financeiro de 2020 são as especificações no Anexo III que acompanharam o Plano plurianual, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPITULO II - DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estrutura na forma definida na Lei Complementar nº101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

Parágrafo Único. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 5º- Os recursos do tesouro municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais, observando o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000; .
- II. Juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às resoluções nº. 40 e 43/2001 do Senado Federal;
- III. Contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;
- IV. Outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo Único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam finalidades com recursos originários de contratos ou convênios, serão programados com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º - Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financeiras com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Na programação de investimentos da administração pública direta e indireta, além, do atendimento das metas e prioridades específicas na forma dos artigos 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- I. A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II. Será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III. Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira;

SEÇÃO II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 8º - Para fins desta Lei conceituam-se:

- I. **Função**, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
- II. **Subfunção**, a participação da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- III. **Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- IV. **Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto que necessário a manutenção da ação de governo;
- V. **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VI. **Operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;
- VII. **Categoria de programação** - a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- VIII. **Órgão** - secretaria ou entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- IX. **Transposição** - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- X. **Remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- XI. **Transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;
- XII. **Reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- XIII. **Passivos contingentes** – questões pendentes de questões judiciais que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIV. **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- XV. **Crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XVI. **Crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante lei específica destinada a criação de novos projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentária;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- XVII. **Crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do poder Executivo e posterior comunicação ao legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XVIII. **Unidade Orçamentária** – consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública municipal, direta ou indireta, para qual a lei Orçamentária consignam dotações Orçamentárias específicas;
- XIX. **Unidade gestora** – Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- XX. **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução Orçamentária e gerência;
- XXI. **Alteração do detalhamento da despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos dentro do mesmo projeto, atividade, categoria e grupo de despesa.

Art. 9º - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos poderes do município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Parágrafo Único. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Emenda Constitucional nº 53/06, Portaria STN nº 48/07, MP 339/06, Resolução MEC nº 01/07 e Resolução TCM nº 1251/07.

Art. 10 - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso 1º alínea b e § 3º da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na portaria 2.047/GM, de 05.11.2003, do Ministro de Estado da Saúde e Resolução 647, de 19.12.2003 do Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 2º - A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecimento nos incisos do art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal é o somatório:

- a. do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI/ITIV e IRRF);
- b. do total das receitas de transferências recebidas da união (Quota-Parte do FPM; Quota-Parte do ITR; Quota- Parte da Lei complementar nº. 87/96 – Lei Kandir);



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- c. das receitas de transferências do Estado (quota –Parte do ICMS; Quota- Parte do IPVA; Quota – parte do IPI –Exportação); e
- d. de outras receitas correntes (receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária).

Art. 11 - Para efeito da aplicação do art. 77, do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e de capital, financiadas pelo Município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam, simultaneamente, aos princípios do art. 7º, da Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990, e as seguintes diretrizes:

- I. Sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de saúde do Município;
- III. Sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos ainda que incidentes sobre as condições de saúde.

Parágrafo Único. Além de atender aos critérios estabelecidos no artigo 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art.77, § 3º, do ADCT.

Art. 12 - Atendidos os princípios e diretrizes operacionais definidas pela portaria 2047/2003, para a aplicação da Emenda Constitucional nº29/2000 e para efeito da aplicação do art. 77, do



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

ADCT, considera-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação, e reabilitação da saúde, incluindo:

- I. Vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- II. Vigilância sanitária;
- III. Vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- IV. Educação para saúde;
- V. Saúde do trabalhador;
- VI. Assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- VII. Assistência farmacêutica;
- VIII. Capacitação de recursos humanos do SUS;
- IX. Pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidas por entidades do SUS;
- X. Produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;
- XI. Saneamento básico e o meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar;
- XII. Serviços de saúde em presídios desde que firmada Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços.
- XIII. Atenção especial aos portadores de deficiência; e
- XIV. Ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Parágrafo Único. Poderão integrar o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, na forma definida no parágrafo único, II do artigo 7º, da portaria 2047/2003, excepcionalmente, as despesas de juros e amortizações, no exercício em que ocorrer decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, para financiar ações e serviços públicos de saúde.

Art. 13 - Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 11 e 12 desta Lei, combinado com o disposto no artigo 6º, Portaria 2047/2003, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77, do ADCT, as relativas a:

- I. Pagamento de aposentadorias e pensões;
- II. Assistência à saúde que não atende ao princípio da universalidade (clientela fechada);
- III. Merenda escolar;
- IV. Saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII do art. 12 desta lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela secretaria de saúde ou por entes ela vinculados;
- V. Limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);
- VI. Preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não governamentais;
- VII. Ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7º, da Portaria 2.047/2003, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de saúde do SUS;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 14 - A proposta Orçamentária Anual que o poder executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 30 de setembro, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

- I. Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- II. Informações complementares;

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º, do art. 2º, da Lei nº. 4.320/64:

- I. Sumário geral da receita e da despesa por funções do Governo;
- II. Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº. 4.320/64;
- III. Quadro das dotações por órgãos do Governo e da administração.

§ 2º - Os anexos relativos aos orçamentos fiscais e da seguridade social serão compostos com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I. Da programação referente a manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento disposto no art. 212, da Constituição Federal;
- II. Da programação referente a aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido nos incisos do art. 77, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º, da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM de 05.11.2003, do Ministro de Estado da Saúde;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- III. Do quadro da dívida fundada e fluante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2018;
- IV. Demonstrativo da receita arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e suas projeções para os 3 (três) subsequentes;
- V. Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo o Anexo 02, da Lei nº. 4.302/64;
- VI. Demonstrativo da despesa na forma dos anexos: VI a VII da Lei nº.4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 15 - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº. 42/99, na Portaria nº. 163 e suas alterações.

Art. 16 - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Serviços da dívida pública municipal;
- III. Contrapartida de convênios e financiamentos;
- IV. Projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º- Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender as despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº. 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programadas para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

§ 2º - As atividades de manutenção básica terão preferências sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º- Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 17 - Somente serão incluídas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais dotações a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílio, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou prestação de serviços culturais, ficando o pagamento dessas despesas condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive, e principalmente, a constante do art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no caput deste artigo.

§ 2º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº. 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 18 - A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 19 - A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 219 de 29.04.2004, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova a 1ª edição do Manual de procedimentos da Receita pública.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 20 - A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I. Dos tributos de sua competência;
- II. Das transferências constitucionais;
- III. Das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV. Dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas nacionais e internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V. Das oriundas de serviços executados pelo município;
- VI. Da cobrança de dívida ativa;
- VII. Das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII. Dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente, em especial, Leis nº. 9.394/96 e nº. 9.424/96;
- IX. Dos recursos para o financiamento da saúde, definido pela legislação vigente, em especial art.77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2003, do Ministro de Estado da Saúde;
- X. De outras rendas.

Art. 21 - Nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 8º, inciso VII, desta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e Orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere à portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamentário e Gestão.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

§ 2º - Os órgãos da administração direta, os fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como unidades orçamentárias.

§3º - As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscais e de seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 22 - A lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

SEÇÃO III - DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 23 - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 31 de julho de 2019, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de Orçamento do Município, atendido os princípios constitucionais e a Lei Orgânica municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º- Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I. O estabelecimento no art. 29-A, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº. 25/2000;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- II. Os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I. Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado até o mês de julho projetado até dezembro de 2019.

Art. 24 - Os Órgãos da Administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 25 - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado do Orçamento, até 1º de julho de 2019, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2020, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº. 30/2000, discriminada por órgão da Administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I. Número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II. Número e tipo de precatório;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- III. Tipo de causa julgada;
- IV. Data da atuação do precatório;
- V. Nome do beneficiário;
- VI. Valor a ser pago; e,
- VII. Data do trânsito em julgamento;

Parágrafo Único. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I. Precatórios de natureza alimentícia;
- II. Em atendimento ao art. 87, *caput*, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil serão considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignadas em precatório judicial que tenham valor igual ou inferior a 05 (cinco) salários mínimos;
- III. Precatórios de natureza não alimentícia, o pagamento poderá ser efetuado conforme disponibilidade de caixa;
- IV. Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único a época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, serão pagos conforme disponibilidade do caixa.

Art. 26 - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I. Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

II. Acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem;

§ 1º - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica.

§ 2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II da Lei nº. 4.320, de 1964.

§ 4º - Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

Art. 27 - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) Dotação para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida.

III - Sejam relacionados com:

- a) A correção de erros ou emissões; ou



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

b) Os dispositivos do texto de projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I - No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não aplicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 28 - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes das propostas de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do município e nesta Lei.

Art. 29 - Para fins do disposto no artigo 27, desta Lei, entende-se por:

Emenda - Proposição apresentada como acessório de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade pode ser aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa ou supressiva;

Emenda Aditiva - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda Modificativa - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas partes do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo,



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda Substitutiva – a apresentada como sucedânea de dispositivo de outra proposição. Portanto substitui integralmente a emenda, o artigo, parágrafo, o inciso, a alínea ou número que constitui o objeto da emenda;

Emenda Aglutinativa - a que resulte da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados.

Emenda Supressiva - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo** – denominação dada a emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteadas por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º - Para o atendimento às disposições desta lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e formas básicas e elementares em exata observância a técnica Legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que propõe, evidenciando:



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia**

- a. Epígrafe, em que a expressão EMENDA n.º. ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;
- b. Fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita: "Suprima-se..." ". . ." ". . .", "Onde se lê ..." "Leia-se...", "Acrescente-se...", " Dê-se ao art.... a seguinte redação";
- c. Contexto, em que se procede a supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncie o dispositivo a ser acrescentando, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;
- d. Fecho, que compreende o local (sala de reuniões, sala das comissões), a data de apresentação e o nome do autor;
- e. Justificação, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem a matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alterações proposta.

Art. 30 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Art. 31 - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 32 - O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os quadros de Detalhamento da Despesa – QDD relativos aos programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§1º - As atividades e projetos serão detalhados no quadro de Detalhamento de Despesa- QDD, por categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa;

§2º - O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD deverá discriminar os projetos e atividade, consignados a cada Órgão e unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação e o Elemento de Despesa;

§3º - O QDD será aprovado, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§4º - O QDD poderá ser alterado, no decurso do exercício financeiro, para atender as necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Art. 34 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e no cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 35 - As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 26, desta Lei.

Art. 36 - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover remanejamentos, transposições e transferências de saldo entre categorias de programação e órgãos previstos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, de acordo com as necessidades técnicas em virtude da execução orçamentária e financeira.

Parágrafo Único. A autorização constante do caput deste artigo está consubstanciada no art. 167, VI, da Constituição Federal vigente.

Art. 37 - As despesas decorrentes da abertura de crédito autorizado por esta Lei serão cobertas com os recursos de que trata o artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, incluindo seus respectivos incisos e parágrafos.

CAPITULO III - DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 38 - Serão consideradas não autorizadas irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendem o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei complementar 101/00 e artigos 37 e 38 desta Lei.

Art. 39 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I. Estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- II. Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

- I. Adequada com a lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
- II. Compatível com o Plano Plurianual e a lei de diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§2º - A estimativa de que trata o inciso I, do caput deste artigo, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado.

§3º - Para os fins do § 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/00, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedem os limites estabelecidos nos incisos I e II, do art. 24, da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pelas Leis nº. 8.883/94, nº. 9.648/98 e nº. 9854/99.

§ 4º - As normas do caput deste artigo constituem condição prévia para:

- I. Empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;
- II. Desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º, do art. 182, da Constituição Federal.

Art. 40 - Considera-se obrigatório de caráter continuado a despesa corrente derivada da Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso do art. 39, e demonstrar a origem econômica para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetara as metas de resultados fiscais prevista no Anexo I, desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensada pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente da receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculos utilizados, sem prejuízo do exame de compatibilidade das despesas com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º, não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera – se aumento de despesas destinadas ao serviço da dívida criada por prazo determinado.

CAPITULO IV - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 41 - Para os efeitos desta Lei, entenda-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos e mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo Único. A despesa total com pessoal será apurada somando – se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando – se o regime de competência.

Art. 42 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

Parágrafo Único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I. Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II. Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 43 - As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada poder, serão estimadas, para o exercício de 2020, com base na folha de pagamento de julho de 2019, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/2000.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- I. 6% (seis por cento) para poder Legislativo;
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I. De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II. Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III. Derivadas da aplicação do disposto no inciso II, do § 6º, do art. 57, da Constituição Federal;
- IV. Decorrentes da decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 44 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no §1º, do art. 43, desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo Único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedadas ao poder que houver incorrido no excesso:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II. Criação de cargo, emprego ou função;
- III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. Provimento de cargo público admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. Contratação de hora extra.

Art. 45 - Se a despesa total com pessoa, do poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 43, sem prejuízo das medidas previstas no art. 44, desta Lei, o percentual excedente terá de



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando – se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I, do § 3º, do art. da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos a nova carga horária.

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I. Receber transferências voluntárias;
- II. Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III. Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem a redução das despesas com pessoal.

Art. 46 - Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 47 - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I. Houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da constituição Federal;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- II. For comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 43, desta Lei;
- III. Forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo Único. O disposto no Caput compreende, entre outras:

- I. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II. A criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III. A admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.

Art. 48 - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I. Educação
- II. Saúde
- III. Fiscalização Fazendária
- IV. Assistência à criança e adolescente
- V. Tecnologia e treinamento de pessoal.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 49 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I. Adaptação e ajustamento da legislação tributária as alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- II. Revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III. Aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV. Geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V. Estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem – estar social.

Art. 51 - A gestão fiscal responsável das finanças do município far-se-á mediante a observação de normas quanto:

- I. Ao endividamento público;
- II. Ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III. Aos gastos com o pessoal e encargos sociais;
- IV. À administração e gestão financeira.

Art. 52 - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 50 desta Lei:

- I. O equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

- II. A limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 56, desta Lei;
- III. A adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV. A limitação e contenção dos gastos públicos;
- V. A administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrência desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;
- VI. A transparência fiscal através do amplo acesso a sociedade das informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 53 - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas que serão estabelecidas no Plano Plurianual guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

SEÇÃO II - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Art. 54 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financeiros e refinanciados, identificados na forma do art. 29, da Lei Complementar nº101/00.

§ 1º - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº. 40 do Senado Federal compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º - Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo Município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente: INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº. 495, de 06 de junho de 2017 da STN, que aprova a 8ª edição do manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 3º - A dívida consolidada líquida compreende a dívida pública consolidada deduzida a disponibilidade de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2005, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº. 40 do Senado Federal.

Art. 55 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, observando as disposições contidas nos artigos 32 a 37, da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando por operação de crédito, as dotações a níveis de projetos e atividades financeiras para estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº. 43 do Senado Federal.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia

CAPITULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56 - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº. 4.320/64, combinado com o previsto na portaria 2047/02, nº. 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 57 - Caso Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2019, fica o Poder Executivo autorizado de executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos;
- II. Serviços da dívida;
- III. Despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas a sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;
- IV. Investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. Contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo Único. Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 58 - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la a conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 59 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 60 - Se verificado, no final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimento financeiro para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o caput será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada poder.

§ 2º - Não limitará o empenho das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos estarão sujeitos a limitação de;
- II. Serviços da dívida;
- III. Decorrentes de financiamentos;
- IV. Decorrentes de convênios;
- V. As sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no caput, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o poder Executivo.

Art. 61 - A proposta Orçamentária conterà reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 3% (três por cento), calculando sobre o total da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2018.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 62 - A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no anexo de metas fiscais.

Art. 63 - Integrarão a presente Lei os anexos:

Anexo I – Metas Fiscais:

- *Demonstrativo I – Metas Anuais;*
- *Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior*
- *Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;*
- *Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;*
- *Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;*
- *Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;*
- *Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatória de caráter continuado;*
- *Demonstrativo IX - Metodologia da Projeção das Metas Fiscais;*

Anexo II – Riscos Fiscais;

Art. 64 - Para fins do disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituído de dívida cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no anexo II, Restos a pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37, da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 65 - Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 63, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia

Art. 66 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos serão aplicados para o exercício de 2020, compreendendo de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA, em 22 de julho de 2019.

EURES PEREIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | | | 2021 | | | 2022 | | |
|---|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-----------|
| | Valor | Valor | % RCL | Valor | Valor | % RCL | Valor | Valor | % RCL |
| | Corrente | Constante | (a / RCL) | Corrente | Constante | (b / RCL) | Corrente | Constante | (c / RCL) |
| | (a) | | x 100 | (b) | | x 100 | (c) | | x 100 |
| Receita Total | 193.062.570 | 185.637.087 | 100,11 | 197.889.135 | 183.400.496 | 100,11 | 202.836.363 | 181.190.851 | 100,11 |
| Receitas Primárias (I) | 192.393.310 | 184.993.568 | 99,77 | 197.203.143 | 182.764.730 | 99,77 | 202.133.222 | 180.562.745 | 99,77 |
| Despesa Total | 193.062.570 | 185.637.087 | 100,11 | 197.889.135 | 183.400.496 | 100,11 | 202.836.363 | 181.190.851 | 100,11 |
| Despesas Primárias (II) | 188.602.931 | 181.348.972 | 97,80 | 193.318.004 | 179.164.045 | 97,80 | 198.150.954 | 177.005.442 | 97,80 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 3.790.380 | 3.644.596 | 1,97 | 3.885.139 | 3.600.685 | 1,97 | 3.982.268 | 3.557.303 | 1,97 |
| Resultado Nominal | 3.703.217 | 3.560.786 | 1,92 | 3.795.798 | 3.517.885 | 1,92 | 3.890.693 | 3.475.501 | 1,92 |
| Dívida Pública Consolidada | -6.105.329 | -5.870.509 | -3,17 | -9.901.127 | -9.176.207 | -5,01 | -13.791.820 | -12.320.037 | -6,81 |
| Dívida Consolidada Líquida | -19.421.047 | -18.674.084 | -10,07 | -27.101.984 | -25.117.687 | -13,71 | -34.974.945 | -31.242.623 | -17,26 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | | | | | | | | | |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | | | | | | | | | |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | | | | | | | | | |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

| VARIÁVEIS | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|------|------|------|
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 4,00 | 3,75 | 3,75 |
| PIB projetado da União | 2,70 | 2,50 | 2,50 |

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/> e <https://www.bcb.gov.br/>

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIORMUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISAVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2018 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2018 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|-------|--------|---------------------------------------|--------|--------|----------------------|------------------|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 182.832.552 | 0,067 | 100,19 | 184.527.782 | 0,071 | 100,32 | 1.695.230 | 0,93 |
| Receitas Primárias (I) | 181.923.243 | 0,067 | 99,69 | 183.754.956 | 0,070 | 99,90 | 1.831.713 | 1,01 |
| Despesa Total | 182.832.552 | 0,067 | 100,19 | 184.305.341 | 0,070 | 100,20 | 1.472.789 | 0,81 |
| Despesas Primárias (II) | 177.825.906 | 0,065 | 97,45 | 180.531.189 | 0,069 | 98,15 | 2.705.283 | 1,52 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 4.097.337 | 0,002 | 2,25 | 3.223.767 | 0,001 | 1,75 | -873.571 | -21,32 |
| Resultado Nominal | 4.273.276 | 0,002 | 2,34 | 3.077.806 | 0,001 | 1,67 | -1.195.469 | -27,98 |
| Dívida Pública Consolidada | 1.203.748 | 0,000 | 0,66 | 1.203.748 | 0,000 | 0,65 | 0 | 0,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | 560.596 | 0,000 | 0,31 | -15.411.051 | -0,006 | -8,38 | -15.971.647 | -2849,05 |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

| | |
|----------------------------|--------------------|
| PIB BA - LDO 2018 | 271.600.000.000,00 |
| PIB BA - Realizado em 2018 | 261.730.789.376,27 |

Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br>

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|-------------|---------|-------------|-----------|-------------|--------|-------------|-------|-------------|-------|--|
| | 2017 | 2018 | % | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | |
| Receita Total | 168.000.000 | 182.832.552 | 8,83 | 187.986.924 | 2,82 | 193.062.570 | 2,70 | 197.889.135 | 2,50 | 202.836.363 | 2,50 | |
| Receitas Primárias (I) | 167.138.096 | 181.923.243 | 8,85 | 187.335.259 | 2,97 | 192.393.310 | 2,70 | 197.203.143 | 2,50 | 202.133.222 | 2,50 | |
| Despesa Total | 168.000.000 | 182.832.552 | 8,83 | 187.986.924 | 2,82 | 193.062.570 | 2,70 | 197.889.135 | 2,50 | 202.836.363 | 2,50 | |
| Despesas Primárias (II) | 163.327.605 | 177.825.906 | 8,88 | 183.644.529 | 3,27 | 188.602.931 | 2,70 | 193.318.004 | 2,50 | 198.150.954 | 2,50 | |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 3.810.491 | 4.097.337 | 7,53 | 3.690.730 | -9,92 | 3.790.380 | 2,70 | 3.885.139 | 2,50 | 3.982.268 | 2,50 | |
| Resultado Nominal | 3.944.524 | 4.273.276 | 8,33 | 3.605.859 | -15,62 | 3.703.217 | 2,70 | 3.795.798 | 2,50 | 3.890.693 | 2,50 | |
| Dívida Pública Consolidada | 1.417.808 | 1.203.748 | -15,10 | -2.402.111 | -299,55 | -6.105.329 | 154,17 | -9.901.127 | 62,17 | -13.791.820 | 39,30 | |
| Dívida Consolidada Líquida | -15.904.272 | 560.596 | -103,52 | -11.927.450 | -2.227,64 | -19.421.047 | 62,83 | -27.101.984 | 39,55 | -34.974.945 | 29,05 | |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|-------------|---------|-------------|-----------|-------------|--------|-------------|-------|-------------|-------|--|
| | 2017 | 2018 | % | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | |
| Receita Total | 179.441.850 | 189.963.022 | 5,86 | 187.986.924 | -1,04 | 185.637.087 | -1,25 | 183.400.496 | -1,20 | 181.190.851 | -1,20 | |
| Receitas Primárias (I) | 178.521.245 | 189.018.250 | 5,88 | 187.335.259 | -0,89 | 184.993.568 | -1,25 | 182.764.730 | -1,20 | 180.562.745 | -1,20 | |
| Despesa Total | 179.441.850 | 189.963.022 | 5,86 | 187.986.924 | -1,04 | 185.637.087 | -1,25 | 183.400.496 | -1,20 | 181.190.851 | -1,20 | |
| Despesas Primárias (II) | 174.451.236 | 184.761.116 | 5,91 | 183.644.529 | -0,60 | 181.348.972 | -1,25 | 179.164.045 | -1,20 | 177.005.442 | -1,20 | |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 4.070.009 | 4.257.133 | 4,60 | 3.690.730 | -13,30 | 3.644.596 | -1,25 | 3.600.685 | -1,20 | 3.557.303 | -1,20 | |
| Resultado Nominal | 4.213.171 | 4.439.933 | 5,38 | 3.605.859 | -18,79 | 3.560.786 | -1,25 | 3.517.885 | -1,20 | 3.475.501 | -1,20 | |
| Dívida Pública Consolidada | 1.514.369 | 1.250.694 | -17,41 | -2.402.111 | -292,06 | -5.870.509 | 144,39 | -9.176.207 | 56,31 | -12.320.037 | 34,26 | |
| Dívida Consolidada Líquida | -16.987.453 | 582.460 | -103,43 | -11.927.450 | -2.147,77 | -18.674.084 | 56,56 | -25.117.687 | 34,51 | -31.242.623 | 24,38 | |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO | | | | | |
|---------------------|------|------|------|------|------|
| 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| 2,95 | 3,75 | 3,90 | 4,00 | 3,75 | 3,75 |

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/> e <https://www.bcb.gov.br/>

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2018 | % | 2017 | % | 2016 | % |
|---------------------------|----------------|----------|----------------|----------|---------------|----------|
| Patrimônio/Capital | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Resultado Acumulado | 141.485.884,35 | 100,00% | 100.782.189,53 | 100,00% | 73.411.189,98 | 100,00% |
| TOTAL | 141.485.884,35 | 100,00% | 100.782.189,53 | 100,00% | 73.411.189,98 | 100,00% |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2018 | % | 2017 | % | 2016 | % |
|--------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| Patrimônio | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>RECEITAS REALIZADAS</u> | 2018 (a) | 2017 (b) | 2016 (c) |
|--|----------------------------|---------------------------|-------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 414.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 414.000,00 | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |
| <u>DESPESAS EXECUTADAS</u> | 2018 (d) | 2017 (e) | 2016 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 447.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 447.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | |
| Inversões Financeiras | 447.500,00 | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| <u>SALDO FINANCEIRO</u> | 2018 | 2017 | 2016 |
| | (g) = ((Ia - IIId) + IIIh) | (h) = ((Ib - IIe) + IIIi) | (i) = (Ic - IIIf) |
| VALOR (III) | -33.500,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

Nota :

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | |
|---|------|------|
| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | |
| | 2016 | 2017 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | |
| Civil | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Militar | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | |
| Civil | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Militar | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Receita Patrimonial | | |
| Receitas Imobiliárias | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | |
| Receita de Serviços | | |
| Outras Receitas Correntes | | |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | |
| Demais Receitas Correntes | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | |
| Amortização de Empréstimos | | |
| Outras Receitas de Capital | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | |
| ADMINISTRAÇÃO (V) | | |
| Despesas Correntes | | |
| Despesas de Capital | | |
| PREVIDÊNCIA (VI) | | |
| Benefícios - Civil | | |
| Aposentadorias | | |
| Pensões | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | |
| Benefícios - Militar | | |
| Reformas | | |
| Pensões | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI) | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)² | | |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | |
| VALOR | 2016 | 2017 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | |
| VALOR | 2016 | 2017 |
| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 2016 | 2017 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2016 | 2017 |
| Investimentos e Aplicações | | |
| Outro Bens e Direitos | | |

PLANO FINANCEIRO

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2020 | 2021 | 2022 | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | - |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| EVENTOS | Valor Previsto para 2020 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 2.032.343,68 |
| (-) Transferências Constitucionais | - |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 263.276,94 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.769.066,74 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.769.066,74 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 1.769.066,74 |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia**

Demonstrativo IX: Memória e Metodologia de Cálculo

(Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das receitas e metas anuais para o período que compreende os anos de 2020, 2021 e 2022, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2016, 2017 e 2018, bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utilizou-se para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 respectivamente:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 3,90%, 4,00%, 3,75% e 3,75%;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 2,30%, 2,70%, 2,50% e 2,50%;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 3,00%, 2,10%, 2,00% e 2,00%.

A aplicação dos métodos de projeção leva em consideração a oscilação das receitas que compreendem o período de 2016 a 2018, sendo aplicada nestas a correção com base no respectivo índice de preço. Além disso, a título de corrigir a distorção proveniente do crescimento do PIB da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação.

Para as receitas que durante os três anos da série histórica se apresentaram com crescimento linear, foram aplicadas projeções estatísticas com base na tendência para o exercício a que se refere à LDO e para os dois subsequentes.

* FONTE: LDO 2019 DO ESTADO DA BAHIA

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | | | |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | 1.143.278,17 | Reserva de Contingência | 1.143.278,17 |
| SUBTOTAL | 1.143.278,17 | SUBTOTAL | 1.143.278,17 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 0,00 | SUBTOTAL | 0,00 |
| TOTAL | 1.143.278,17 | TOTAL | 1.143.278,17 |

FONTE: Sistema de Contabilidade, Secretária Municipal da Fazenda, Data da emissão - 15/04/2019.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 1 - DEMOCRACIA E CIDADANIA

Objetivos: Promover a democracia, a justiça social e a igualdade de direitos, bem como exercer funções legislativas burocráticas.

Público alvo: POPULAÇÃO.

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | 2021 | Final do Programa | Regionalização | Consolidação dos Valores do Programa | | Totais |
|---|------------|---------|---------|-------------------|----------------|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| | Data | Índice | | | | Totais | Esfera/Cat.Econômica | |
| Promover o exercício do mandato parlamentar(%) | 31/12/2016 | 100,000 | 100,000 | | Município | 21.164.868,79 | Fiscal/Seguridade | 21.164.868,79 |
| Reforma do Prédio da Câmara Municipal(UN) | 31/12/2016 | 1,000 | 1,000 | | | | Despesas Correntes | 21.065.735,91 |
| | | | | | | | Despesas De Capital | 99.132,88 |
| | | | | | | | Total: | 21.164.868,79 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|---|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| 2.001 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL | Manutenção (%) | 3.320.500,000 | 3.486.525,000 | 3.660.851,250 | 3.843.893,790 | 100,00 | 14.311.770,04 |
| 2.002 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PLENÁRIO | Manutenção (%) | 1.590.000,000 | 1.669.500,000 | 1.752.975,000 | 1.840.623,750 | 100,00 | 6.853.098,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 2 - GOVERNO LEGAL

Objetivos: Levar qualidade de vida a população em geral através do desenvolvimento do saneamento em todas as áreas do município e abastecer as casas com água potável e com qualidade para o consumo.

Público alvo: POPULAÇÃO.

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Consolidação dos Valores do Programa | | | Totais |
|------------------------------------|------------|--------|-------------------|--------------------------------------|----------------|--------------------------|-----------------------|
| | Data | Índice | | 2021 | Regionalização | Totais | |
| Esgotamento sanitário adequado (%) | 31/12/2010 | 37,300 | 70,000 | Município | 137.212.759,56 | <i>Fiscal/Seguridade</i> | 137.212.759,56 |
| | | | | | | Despesas Correntes | 103.083.528,57 |
| | | | | | | Despesas De Capital | 29.331.108,47 |
| | | | | | | Reserva De Contingência | 4.798.122,52 |
| | | | | | | Total: | 137.212.759,56 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|--|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| 1.002 | SBU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE CAPTAÇÃO ELEV TRATAMENTO E RESERVA DE ÁGUA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 167.483,01 Meta 100,000 | 167.483,01 100,000 |
| 1.003 | SBU AMPLIAÇÃO REFORMA E REAPARELHAMENTO DOS SISTEMA DE ÁGUA | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 952.539,34 Meta 100,000 | 952.539,34 100,000 |
| 1.004 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EDIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 193.955,63 Meta 100,000 | 193.955,63 100,000 |
| 1.005 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SALA DO PRODUTOR | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 323.259,37 Meta 100,000 | 323.259,37 100,000 |
| 1.040 | IMPLANTAÇÃO DO POSTO DE IDENTIFICAÇÃO/SAC FIXO | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 258.607,50 Meta 100,000 | 258.607,50 100,000 |
| 1.056 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 2.155.062,50 Meta 100,000 | 2.155.062,50 100,000 |
| 1.058 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MUNIC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 793.063,00 Meta 100,000 | 793.063,00 100,000 |
| 1.059 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 366.360,62 Meta 100,000 | 366.360,62 100,000 |
| 1.060 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MUNIC. DE FINANÇAS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 133.613,87 Meta 100,000 | 133.613,87 100,000 |
| 1.062 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MUNIC. DE POLÍTICAS ESPECIAIS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 426.702,38 Meta 100,000 | 426.702,38 100,000 |
| 1.074 | GESTÃO DAS AÇÕES DE CONVENIOS | Manutenção (%) | 01/01/2018 | R\$ 193.955,63 | 193.955,63 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| 2.003 | GESTÃO DOS SERVIÇOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | Manutenção (%) | 155.000,000 | 162.750,010 | 170.887,480 | 179.431,870 | 100,00 | 668.069,36 |
| 2.004 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | Manutenção (%) | 4.675.999,030 | 4.909.799,080 | 5.155.289,120 | 5.413.053,710 | 100,00 | 20.154.140,94 |
| 2.005 | SBU OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO | Manutenção (%) | 1.112.426,410 | 1.168.047,730 | 1.226.450,100 | 1.287.772,610 | 100,00 | 4.794.696,85 |
| 2.006 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | Manutenção (%) | 3.250.263,240 | 3.412.776,400 | 3.583.415,220 | 3.762.585,970 | 100,00 | 14.009.040,83 |
| 2.007 | FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP | Pagamento Devido (%) | 82.530,600 | 86.657,130 | 90.989,990 | 95.539,480 | 100,00 | 355.717,20 |
| 2.012 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL | Manutenção (%) | 5.801.408,820 | 6.091.479,260 | 6.396.053,220 | 6.715.855,900 | 100,00 | 25.004.797,20 |
| 2.013 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL | Manutenção (%) | 103.979,460 | 109.178,430 | 114.637,350 | 120.369,230 | 100,00 | 448.164,47 |
| 2.014 | GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO | Manutenção (%) | 218.518,780 | 229.444,720 | 240.916,950 | 252.962,810 | 100,00 | 941.843,26 |
| 2.015 | GESTÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE DO PREFEITO | Manutenção (%) | 979.231,520 | 1.028.193,090 | 1.079.602,760 | 1.133.582,890 | 100,00 | 4.220.610,26 |
| 2.016 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS | Manutenção (%) | 2.623.549,750 | 2.754.727,220 | 2.892.463,600 | 3.037.086,780 | 100,00 | 11.307.827,35 |
| 2.017 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Manutenção (%) | 30.000,000 | 31.500,000 | 33.075,000 | 34.728,750 | 100,00 | 129.303,75 |
| 2.084 | GESTÃO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE DO PREFEITO | Manutenção (%) | 225.000,000 | 236.250,000 | 248.062,500 | 260.465,620 | 100,00 | 969.778,12 |
| 2.085 | GESTÃO DA CONTABILIDADE | Manutenção (%) | 280.100,000 | 294.105,000 | 308.810,250 | 324.250,750 | 100,00 | 1.207.266,00 |
| 2.086 | GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO | Manutenção (%) | 240.000,000 | 252.000,000 | 264.600,000 | 277.830,000 | 100,00 | 1.034.430,00 |
| 2.087 | GESTÃO DO SETOR DE IMPRENSA E PUBLICIDADE | Manutenção (%) | 325.000,000 | 341.250,000 | 358.312,500 | 376.228,130 | 100,00 | 1.400.790,63 |
| 2.090 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNIC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | Manutenção (%) | 373.000,000 | 391.650,000 | 411.232,500 | 431.794,130 | 100,00 | 1.607.676,63 |
| 2.095 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS | Manutenção (%) | 156.000,000 | 163.800,000 | 171.990,000 | 180.589,500 | 100,00 | 672.379,50 |
| 2.100 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA PESCA E AQUICULTURA | Manutenção (%) | 234.000,000 | 245.700,000 | 257.985,000 | 270.884,250 | 100,00 | 1.008.569,25 |
| 2.110 | GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIOS | Manutenção (%) | 88.500,000 | 92.925,000 | 97.571,250 | 102.449,780 | 100,00 | 381.446,03 |
| 2.111 | GESTÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENV. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS | Manutenção (%) | 70.000,000 | 73.500,000 | 77.175,000 | 81.033,750 | 100,00 | 301.708,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Operações Especiais

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|---|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| 0.001 | ENCARGOS ESPECIAIS - PASEP, SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA | Pagamento Devido (%) | 8.235.084,440 | 8.646.838,650 | 9.079.180,590 | 9.533.139,650 | 100,00 | 35.494.243,33 |
| 0.002 | ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS E DÍVIDA PÚBLICA | Pagamento Devido (%) | 75.312,000 | 79.077,600 | 83.031,480 | 87.183,040 | 100,00 | 324.604,12 |
| 0.003 | ENCARGOS ESPECIAIS - SENTENÇAS JUDICIAIS E DÍVIDA PÚBLICA | Pagamento Devido (%) | 3.000,000 | 3.150,000 | 3.307,500 | 3.472,860 | 100,00 | 12.930,36 |

Reserva de Contingência

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|-------------------------|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|--------------|
| 9.999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | Manutenção (%) | 1.113.221,200 | 1.168.882,260 | 1.227.326,370 | 1.288.692,690 | 100,00 | 4.798.122,52 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 3 - EDUCAR

Objetivos: Garantir o acesso universal a uma educação cidadã e inclusiva e ao ensino de qualidade, assim como fortalecer o planejamento e a gestão em educação no município. Objetiva-se, ainda, ampliar, melhorar e/ou adequar a infraestrutura escolar do município.

Público alvo: POPULAÇÃO., DOCENTES

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Regionalização | Consolidação dos Valores do Programa | | Totais |
|---|------------|----------|-------------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|
| | Data | Índice | | | 2021 | Totais | |
| Alunos atendidos pelo Programa Merenda Escolar(UN) | 31/12/2016 | 9000,000 | 12000,000 | Município | 296.077.866,84 | Fiscal/Seguridade | 296.077.866,84 |
| Alunos atendidos na rede municipal(UN) | 31/12/2016 | 9000,000 | 13000,000 | | | Despesas Correntes | 264.135.114,06 |
| Escolas que fornecem alimentação(%) | 31/12/2016 | 100,000 | 100,000 | | | Despesas De Capital | 31.942.752,78 |
| Escolas que fornecem água filtrada(%) | 31/12/2016 | 100,000 | 100,000 | | | Total: | 296.077.866,84 |
| Escolas com laboratório de informática(%) | 31/12/2016 | 60,000 | 90,000 | | | | |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|---|-----------------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1.014 | AMPLIAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 793.063,00 Meta 100,000 | 793.063,00 100,000 |
| 1.015 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 18.735.627,97 Meta 100,000 | 18.735.627,97 100,000 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------|----------------|
| 2.019 | GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR | Manutenção (%) | 467.000,000 | 490.350,000 | 514.867,500 | 540.610,890 | 100,00 | 2.012.828,39 |
| 2.035 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL | Manutenção (%) | 9.121.252,650 | 9.577.315,280 | 10.056.181,030 | 10.558.990,080 | 100,00 | 39.313.739,04 |
| 2.036 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL | Manutenção (%) | 43.594.661,540 | 45.774.394,610 | 48.063.114,370 | 50.466.270,020 | 100,00 | 187.898.440,54 |
| 2.037 | ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE | Manutenção (%) | 2.176.236,430 | 2.285.048,260 | 2.399.300,660 | 2.519.265,710 | 100,00 | 9.379.851,06 |
| 2.038 | PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE | Manutenção (%) | 5.506.486,360 | 5.781.810,670 | 6.070.901,210 | 6.374.446,280 | 100,00 | 23.733.644,52 |
| 2.039 | GESTÃO DO ENSINO DOS JOVENS E ADUTOS | Manutenção (%) | 2.660.876,380 | 2.793.920,200 | 2.933.616,210 | 3.080.297,010 | 100,00 | 11.468.709,80 |
| 2.040 | PROGRAMA DO TRANSPORTE PARA O ENSINO MÉDIO | Manutenção (%) | 26.167,750 | 27.476,130 | 28.849,950 | 30.292,440 | 100,00 | 112.786,27 |
| 2.049 | GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO - FME | Manutenção (%) | 30.000,000 | 31.500,000 | 33.075,000 | 34.728,750 | 100,00 | 129.303,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------|--------------|
| 2.080 | REALIZAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS PARA ESTUDANTES | Manutenção (%) | 70.000,000 | 73.500,000 | 77.175,000 | 81.033,750 | 100,00 | 301.708,75 |
| 2.093 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | Manutenção (%) | 510.000,000 | 535.500,000 | 562.275,000 | 590.388,750 | 100,00 | 2.198.163,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 4 - SAÚDE TOTAL

Objetivos: Fortalecer ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde populacional, prevenção de doenças e controle de riscos.

Público alvo: POPULAÇÃO.

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Consolidação dos Valores do Programa | | | Totais |
|---|------------|----------|-------------------|--------------------------------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| | Data | Índice | | 2021 | Regionalização | Totais | |
| Cobertura Vacinal(%) | 31/12/2016 | 80,000 | 100,000 | Município | 174.705.873,45 | Fiscal/Seguridade | 174.705.873,45 |
| Casos de Dengue Notificados(UN) | 31/12/2016 | 35,000 | 5,000 | | | Despesas Correntes | 159.263.689,61 |
| Exames de colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos(UN) | 31/12/2016 | 2000,000 | 4000,000 | | | Despesas De Capital | 15.442.183,84 |
| Parto Normal no SUS e na Saúde Suplementar(%) | 31/12/2016 | 32,000 | 65,000 | | | Total: | 174.705.873,45 |
| Cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica(%) | 31/12/2016 | 70,000 | 100,000 | | | | |
| Cobertura populacional estimada do Programa Saúde Bucal(%) | 31/12/2016 | 62,000 | 93,000 | | | | |
| Mortalidade Infantil(UN) | 31/12/2014 | 19,370 | 8,200 | | | | |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|--|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| 1.023 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 1.922.309,38 Meta 100,000 | 1.922.309,38 100,000 |
| 1.024 | CONST. AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DE UNIDADES DE SAÚDE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 5.333.478,84 Meta 100,000 | 5.333.478,84 100,000 |
| 1.054 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO AMBULANCIA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 1.372.473,10 Meta 100,000 | 1.372.473,10 100,000 |
| 1.055 | CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 862.025,00 Meta 100,000 | 862.025,00 100,000 |
| 1.075 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 1.788.701,87 Meta 100,000 | 1.788.701,87 100,000 |
| 1.078 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSE | Aumento de Patrimônio (UN) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 439.632,75 Meta 1,000 | 439.632,75 1,000 |
| 1.079 | CONSTRUÇÃO DO CAPS III | Aumento de Patrimônio (UN) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 646.518,75 Meta 1,000 | 646.518,75 1,000 |
| 1.080 | CONSTRUÇÃO DO CAPS AD | Aumento de Patrimônio (UN) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 646.518,75 Meta 1,000 | 646.518,75 1,000 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------|---------------|
| 2.011 | GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO - FMS | Manutenção (%) | 2.500,000 | 2.625,000 | 2.756,250 | 2.894,050 | 100,00 | 10.775,30 |
| 2.050 | GESTÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF | Manutenção (%) | 3.443.944,010 | 3.616.141,210 | 3.796.948,280 | 3.986.795,680 | 100,00 | 14.843.829,18 |
| 2.051 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE | Manutenção (%) | 3.665.901,810 | 3.849.196,900 | 4.041.656,720 | 4.243.739,570 | 100,00 | 15.800.495,00 |
| 2.052 | GESTÃO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BÁSICA | Manutenção (%) | 54.299,520 | 57.014,500 | 59.865,220 | 62.858,470 | 100,00 | 234.037,71 |
| 2.053 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA | Manutenção (%) | 20.195.464,020 | 21.205.237,220 | 22.265.499,070 | 23.378.774,020 | 100,00 | 87.044.974,33 |
| 2.054 | GESTÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS | Manutenção (%) | 2.420.000,000 | 2.541.000,000 | 2.668.050,000 | 2.801.452,500 | 100,00 | 10.430.502,50 |
| 2.055 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | Manutenção (%) | 103.207,950 | 108.368,350 | 113.786,760 | 119.476,110 | 100,00 | 444.839,17 |
| 2.056 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLES DE EPIDEMIOLOGIA E DE DOENÇAS | Manutenção (%) | 703.849,890 | 739.042,370 | 775.994,500 | 814.794,230 | 100,00 | 3.033.680,99 |
| 2.057 | GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL | Manutenção (%) | 366.333,880 | 384.650,580 | 403.883,110 | 424.077,240 | 100,00 | 1.578.944,81 |
| 2.058 | GESTÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL | Manutenção (%) | 397.730,050 | 417.616,550 | 438.497,390 | 460.422,250 | 100,00 | 1.714.266,24 |
| 2.060 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU | Manutenção (%) | 2.150.370,090 | 2.257.888,580 | 2.370.783,010 | 2.489.322,200 | 100,00 | 9.268.363,88 |
| 2.062 | GESTÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA | Manutenção (%) | 3.198.116,000 | 3.358.021,790 | 3.525.922,910 | 3.702.219,030 | 100,00 | 13.784.279,73 |
| 2.072 | GESTÃO DA CASA DE APOIO A GESTANTE | Manutenção (%) | 245.000,000 | 257.250,000 | 270.112,500 | 283.618,130 | 100,00 | 1.055.980,63 |
| 2.073 | IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO COMUNIDADE TERAPEUTICA | Manutenção (%) | 4.000,000 | 4.200,000 | 4.410,000 | 4.630,480 | 100,00 | 17.240,48 |
| 2.074 | GESTÃO DO PMAQ | Manutenção (%) | 94.461,960 | 99.185,060 | 104.144,310 | 109.351,520 | 100,00 | 407.142,85 |
| 2.075 | GESTÃO DO NASF | Manutenção (%) | 332.792,000 | 349.431,600 | 366.903,180 | 385.248,340 | 100,00 | 1.434.375,12 |
| 2.076 | GESTÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE | Manutenção (%) | 75.000,000 | 78.750,000 | 82.687,500 | 86.821,870 | 100,00 | 323.259,37 |
| 2.079 | GESTÃO DO SUS | Manutenção (%) | 62.000,000 | 65.100,000 | 68.355,000 | 71.772,720 | 100,00 | 267.227,72 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 5 - ATITUDE CIDADÃ

Objetivos: Fortalecer a organização institucional e a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) com a ampliação de serviços e valorização dos trabalhadores, assim como aprimorar a gestão desse Sistema na perspectiva de consolidar o direito socioassistencial.

Público alvo: POPULAÇÃO.

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Regionalização | Consolidação dos Valores do Programa | | Totais |
|--|------------|--------|-------------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|
| | Data | Índice | | | 2021 | Totais | |
| Crianças Atendidas no Programa Criança Feliz(UN) | 31/12/2016 | 0 | 250,000 | Município | 34.192.589,73 | Fiscal/Seguridade | 34.192.589,73 |
| Crianças extremamente pobres(%) | 31/12/2016 | 18,500 | 4,600 | | | Despesas Correntes | 29.500.497,79 |
| Taxa de cadastramento beneficiários do BPC(%) | 31/12/2016 | 28,000 | 65,000 | | | Despesas De Capital | 4.692.091,94 |
| Taxa de inclusão do público prioritário - SCFV(%) | 31/12/2016 | 52,000 | 85,000 | | | Total: | 34.192.589,73 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE*Projetos*

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|--|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| 1.013 | CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES E MELHORIA HABITACIONAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 2.074.097,61 Meta 100,000 | 2.074.097,61 100,000 |
| 1.042 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA AO IDOSO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 193.955,62 Meta 100,000 | 193.955,62 100,000 |
| 1.043 | CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 387.911,25 Meta 100,000 | 387.911,25 100,000 |
| 1.044 | IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTE POPULAR | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 215.506,26 Meta 100,000 | 215.506,26 100,000 |
| 1.045 | IMPLANTAÇÃO DA CASA DE APOIO A FAMÍLIA | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 129.303,74 Meta 100,000 | 129.303,74 100,000 |
| 1.076 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADE - CREAS | Aumento de Patrimônio (UN) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 431.012,50 Meta 1,000 | 431.012,50 1,000 |
| 1.077 | CONSTRUÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS | Aumento de Patrimônio (UN) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ 215.506,25 Meta 1,000 | 215.506,25 1,000 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE*Atividades*

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------|--------------|
| 2.008 | GESTÃO DAS AÇÕES DA OUVIDORIA MUNICIPAL | Manutenção (%) | 77.000,000 | 80.850,000 | 84.892,500 | 89.137,120 | 100,00 | 331.879,62 |
| 2.020 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | Manutenção (%) | 241.410,000 | 253.480,500 | 266.154,520 | 279.462,250 | 100,00 | 1.040.507,27 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| 2.024 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | Manutenção (%) | 3.328.963,070 | 3.495.411,220 | 3.670.181,780 | 3.853.690,860 | 100,00 | 14.348.246,93 |
| 2.025 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | Manutenção (%) | 161.000,000 | 169.050,000 | 177.502,500 | 186.377,620 | 100,00 | 693.930,12 |
| 2.026 | CONSELHO TUTELAR E DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | Manutenção (%) | 155.000,000 | 162.750,000 | 170.887,490 | 179.431,880 | 100,00 | 668.069,37 |
| 2.027 | GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AS PESSOAS IDOSAS | Manutenção (%) | 81.000,000 | 85.050,000 | 89.302,500 | 93.767,630 | 100,00 | 349.120,13 |
| 2.028 | GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS | Manutenção (%) | 51.000,000 | 53.550,000 | 56.227,500 | 59.038,880 | 100,00 | 219.816,38 |
| 2.029 | SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV | Manutenção (%) | 153.200,000 | 160.860,000 | 168.903,000 | 177.348,100 | 100,00 | 660.311,10 |
| 2.030 | GESTÃO DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - (CRAS) - PAIF | Manutenção (%) | 798.077,200 | 837.981,050 | 879.880,110 | 923.874,090 | 100,00 | 3.439.812,45 |
| 2.031 | GESTÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CREAS) - PAEFI | Manutenção (%) | 382.248,230 | 401.360,640 | 421.428,670 | 442.500,090 | 100,00 | 1.647.537,63 |
| 2.032 | GESTÃO DO PROJOVEM | Manutenção (%) | 40.385,180 | 42.404,440 | 44.524,660 | 46.750,890 | 100,00 | 174.065,17 |
| 2.033 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES | Manutenção (%) | 381.000,000 | 400.050,000 | 420.052,500 | 441.055,120 | 100,00 | 1.642.157,62 |
| 2.034 | GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | Manutenção (%) | 55.000,000 | 57.750,000 | 60.637,500 | 63.669,370 | 100,00 | 237.056,87 |
| 2.041 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | Manutenção (%) | 150.000,000 | 157.500,000 | 165.375,000 | 173.643,770 | 100,00 | 646.518,77 |
| 2.042 | GESTÃO DAS AÇÕES DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS | Manutenção (%) | 55.500,000 | 58.275,000 | 61.188,750 | 64.248,210 | 100,00 | 239.211,96 |
| 2.047 | GESTÃO DAS AÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR | Manutenção (%) | 50.000,000 | 52.500,000 | 55.125,000 | 57.881,270 | 100,00 | 215.506,27 |
| 2.061 | GESTÃO DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROFISSIONALIZANTE DO ADOLESCENTE | Manutenção (%) | 29.000,000 | 30.450,000 | 31.972,490 | 33.571,140 | 100,00 | 124.993,63 |
| 2.064 | GESTÃO PISO BÁSICO VARIÁVEL | Manutenção (%) | 179.324,340 | 188.290,560 | 197.705,080 | 207.590,340 | 100,00 | 772.910,32 |
| 2.105 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO A JUVENTUDE | Manutenção (%) | 34.000,000 | 35.700,000 | 37.485,000 | 39.359,240 | 100,00 | 146.544,24 |
| 2.106 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS | Manutenção (%) | 35.000,000 | 36.750,000 | 38.587,500 | 40.516,860 | 100,00 | 150.854,36 |
| 2.107 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO A MULHER | Manutenção (%) | 25.000,000 | 26.250,000 | 27.562,500 | 28.940,620 | 100,00 | 107.753,12 |
| 2.108 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E ANTIDISCRIMINATÓRIA | Manutenção (%) | 28.000,000 | 29.400,000 | 30.870,000 | 32.413,500 | 100,00 | 120.683,50 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------|------------|
| 2.112 | ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD BOLSA FAMÍLIA | Manutenção (%) | 227.893,810 | 239.288,500 | 251.252,920 | 263.815,540 | 100,00 | 982.250,77 |
| 2.113 | ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD SUAS | Manutenção (%) | 85.368,430 | 89.636,850 | 94.118,690 | 98.824,630 | 100,00 | 367.948,60 |
| 2.114 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ | Manutenção (%) | 130.000,000 | 136.500,000 | 143.325,000 | 150.491,240 | 100,00 | 560.316,24 |
| 2.115 | GESTÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE | Serviços (%) | 50.700,000 | 53.235,000 | 55.896,750 | 58.691,590 | 100,00 | 218.523,34 |
| 2.116 | GESTÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL - ALTA COMPLEXIDADE | Serviços (%) | 51.800,000 | 54.390,000 | 57.109,500 | 59.964,980 | 100,00 | 223.264,48 |
| 2.117 | GESTÃO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS | Manutenção (%) | 50.000,000 | 52.500,000 | 55.125,000 | 57.881,240 | 100,00 | 215.506,24 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 6 - LAPA EM AÇÃO

Objetivos: Fortalecer a sustentabilidade e o meio ambiente.

Público alvo: POPULAÇÃO.

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Consolidação dos Valores do Programa | | | Totais |
|----------------------------------|------------|--------|-------------------|--------------------------------------|----------------|--------------------------|----------------------|
| | Data | Índice | | 2021 | Regionalização | Totais | |
| Arborização de vias públicas (%) | 31/12/2010 | 79,100 | 95,000 | Município | 79.032.573,80 | <i>Fiscal/Seguridade</i> | 79.032.573,80 |
| | | | | | | Despesas Correntes | 51.996.256,05 |
| | | | | | | Despesas De Capital | 27.036.317,75 |
| | | | | | | Total: | 79.032.573,80 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.018 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 5.000.396,43 100,000 | 5.000.396,43 100,000 |
| 1.019 | PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 5.467.867,68 100,000 | 5.467.867,68 100,000 |
| 1.020 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS E GINÁSIO DE ESPORTES | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.939.556,25 100,000 | 1.939.556,25 100,000 |
| 1.021 | AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 991.328,75 100,000 | 991.328,75 100,000 |
| 1.022 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO GERAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 775.822,49 100,000 | 775.822,49 100,000 |
| 1.025 | CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 323.259,37 100,000 | 323.259,37 100,000 |
| 1.026 | AMPLIAÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 2.249.885,25 100,000 | 2.249.885,25 100,000 |
| 1.027 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 431.012,50 100,000 | 431.012,50 100,000 |
| 1.028 | RECUPERAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 129.303,75 100,000 | 129.303,75 100,000 |
| 1.046 | INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.680.948,75 100,000 | 1.680.948,75 100,000 |
| 1.048 | REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 51.721,50 100,000 | 51.721,50 100,000 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.049 | CONSTRUÇÃO DE FEIRA LIVRE | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 215.506,24 100,000 | 215.506,24 100,000 |
| 1.050 | CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIARIO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.637.847,50 100,000 | 1.637.847,50 100,000 |
| 1.052 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 2.241.265,00 100,000 | 2.241.265,00 100,000 |
| 1.053 | CONSTRUÇÃO DE CANAL PLUVIAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.714.365,54 100,000 | 1.714.365,54 100,000 |
| 1.064 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOB.P/ SEC.MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 737.031,38 100,000 | 737.031,38 100,000 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|--|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| 2.043 | GESTÃO DOS SERVIÇOS DA LIMPEZA PÚBLICA | Manutenção (%) | 8.254.268,160 | 8.666.981,560 | 9.100.330,630 | 9.555.347,190 | 100,00 | 35.576.927,54 |
| 2.044 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | Manutenção (%) | 1.159.083,690 | 1.217.037,880 | 1.277.889,770 | 1.341.784,250 | 100,00 | 4.995.795,59 |
| 2.045 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | Manutenção (%) | 2.308.545,780 | 2.423.973,070 | 2.545.171,730 | 2.672.430,310 | 100,00 | 9.950.120,89 |
| 2.046 | GESTÃO DA REDE DE SANEAMENTO MUNICIPAL | Manutenção (%) | 100.000,000 | 105.000,000 | 110.250,000 | 115.762,500 | 100,00 | 431.012,50 |
| 2.048 | GESTÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL | Manutenção (%) | 198.080,430 | 207.984,460 | 218.383,670 | 229.302,840 | 100,00 | 853.751,40 |
| 2.069 | AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES | Manutenção (%) | 70.000,000 | 73.500,000 | 77.175,000 | 81.033,750 | 100,00 | 301.708,75 |
| 2.071 | REVITALIZAÇÃO DE NASCENTES | Manutenção (%) | 80.000,000 | 84.000,000 | 88.200,000 | 92.610,000 | 100,00 | 344.810,00 |
| 2.097 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | Manutenção (%) | 230.000,000 | 241.500,000 | 253.575,000 | 266.253,750 | 100,00 | 991.328,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 7 - ORGULHO SERTANEJO

Objetivos: ORGULHO SERTANEJO

Público alvo:

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Consolidação dos Valores do Programa | | | Totais |
|-------------------------------|------------|--------|-------------------|--------------------------------------|----------------|---------------------|----------------------|
| | Data | Índice | | 2021 | Regionalização | Totais | |
| | | | | Zona Rural | 1.120.632,50 | Fiscal/Seguridade | 21.915.048,57 |
| | | | | Município | 20.794.416,07 | Despesas Correntes | 8.855.171,45 |
| | | | | | | Despesas De Capital | 13.059.877,12 |
| | | | | | | Total: | 21.915.048,57 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.005 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SALA DO PRODUTOR | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 30.170,86 100,000 | 30.170,86 100,000 |
| 1.006 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 7.068.605,00 100,000 | 7.068.605,00 100,000 |
| 1.010 | CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA MUNICIPAL | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 129.303,75 100,000 | 129.303,75 100,000 |
| 1.029 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES, TANQUES, AGUADAS, BARRAGENS E POÇOS TUBULARES | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.214.108,07 100,000 | 1.214.108,07 100,000 |
| 1.031 | CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 215.506,25 100,000 | 215.506,25 100,000 |
| 1.032 | CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA DE POLPA DE FRUTAS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 344.810,00 100,000 | 344.810,00 100,000 |
| 1.033 | CONSTRUÇÃO DA CASA DE APOIO AO AGRICULTOR | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 215.506,25 100,000 | 215.506,25 100,000 |
| 1.034 | CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS E HORTAS COMUNITÁRIAS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 150.854,38 100,000 | 150.854,38 100,000 |
| 1.035 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 86.202,50 100,000 | 86.202,50 100,000 |
| 1.063 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MÚNIC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 193.955,62 100,000 | 193.955,62 100,000 |
| 1.065 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MÚNIC. DO INTERIOR | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 146.544,26 100,000 | 146.544,26 100,000 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|---|-----------------------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.066 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A SEC. MUNIC. DA PESCA E AQUICULTURA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 146.544,26 100,000 | 146.544,26 100,000 |
| 1.067 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SEC. MUNIC. DO INTERIOR | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 172.405,00 100,000 | 172.405,00 100,000 |
| 1.068 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SEC. MUNIC. DA PESCA E AQUICULTURA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 120.683,50 100,000 | 120.683,50 100,000 |
| 1.069 | AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 344.810,00 100,000 | 344.810,00 100,000 |
| 1.071 | AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 150.854,38 100,000 | 150.854,38 100,000 |
| 1.073 | IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ENERGIA RURAL | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.120.632,50 100,000 | 1.120.632,50 100,000 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|---|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|--------------|
| 2.009 | GESTÃO DE AÇÕES DE AGROPECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO | Manutenção (%) | 25.000,000 | 26.249,990 | 27.562,510 | 28.940,610 | 100,00 | 107.753,11 |
| 2.010 | GESTÃO DE AÇÕES DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | Manutenção (%) | 1.007.485,950 | 1.057.860,250 | 1.110.753,260 | 1.166.290,920 | 100,00 | 4.342.390,38 |
| 2.063 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | Manutenção (%) | 407.077,220 | 427.431,070 | 448.802,640 | 471.242,750 | 100,00 | 1.754.553,68 |
| 2.066 | REVITALIZAR E DESENVOLVER A PECUÁRIA NAS MICROREGIÕES | Manutenção (%) | 80.000,000 | 84.000,000 | 88.200,000 | 92.610,000 | 100,00 | 344.810,00 |
| 2.067 | REVITALIZAÇÃO E ARBORIZAÇÃO DE PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS | Manutenção (%) | 31.300,000 | 32.865,000 | 34.508,250 | 36.233,650 | 100,00 | 134.906,90 |
| 2.068 | REALIZAÇÃO DE CURSOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS | Manutenção (%) | 20.000,000 | 21.000,000 | 22.050,000 | 23.152,480 | 100,00 | 86.202,48 |
| 2.098 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR | Manutenção (%) | 438.000,000 | 459.900,000 | 482.895,000 | 507.039,740 | 100,00 | 1.887.834,74 |
| 2.101 | GESTÃO DAS AÇÕES DE APOIO AS ASSOCIAÇÕES PESQUEIRAS | Manutenção (%) | 34.000,000 | 35.700,000 | 37.485,000 | 39.359,230 | 100,00 | 146.544,23 |
| 2.102 | GESTÃO DAS AÇÕES DE APOIO AS ASSOCIAÇÕES RURAIS | Manutenção (%) | 35.000,000 | 36.750,000 | 38.587,500 | 40.516,860 | 100,00 | 150.854,36 |
| 2.103 | GESTÃO DAS AÇÕES DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL | Manutenção (%) | 35.000,000 | 36.750,000 | 38.587,500 | 40.516,860 | 100,00 | 150.854,36 |
| 2.109 | GESTÃO DAS AÇÕES DE COORDENAÇÃO E | Manutenção (%) | 222.000,000 | 233.100,000 | 244.755,000 | 256.992,750 | 100,00 | 956.847,75 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

Programa: 8 - LAPA EM MOVIMENTO**Objetivos:** Democratizar o acesso à prática do Esporte, Cultura e ao Lazer, no sentido de promover o desenvolvimento integral dos cidadãos, a melhoria da qualidade de vida, bem como o fortalecimento dos laços de sociabilidade e a diminuição dos riscos sociais em áreas de vulnerabilidade social.**Público alvo:** POPULAÇÃO., DESPORTISTAS

| Indicador (Unidade de Medida) | Referência | | Final do Programa | Consolidação dos Valores do Programa | | | Totais |
|-------------------------------|------------|--------|-------------------|--------------------------------------|----------------|---------------------|----------------------|
| | Data | Índice | | 2021 | Regionalização | Totais | |
| | | | | Comunidade Quilombol | 933.501,22 | Fiscal/Seguridade | 23.729.572,93 |
| | | | | Zona Rural | 1.606.094,16 | Despesas Correntes | 12.193.110,45 |
| | | | | Município | 21.189.977,55 | Despesas De Capital | 11.536.462,48 |
| | | | | | | Total: | 23.729.572,93 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Projetos

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | Início Término | | Total Estimado | Período 2018 - 2021 |
|-------|--|-----------------------------|--------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------|
| 1.011 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL MUNICIPAL | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 517.215,00 100,000 | 517.215,00 100,000 |
| 1.012 | CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 431.012,50 100,000 | 431.012,50 100,000 |
| 1.036 | AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ESTRUTURAÇÃO DA FILARMONICA | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 30.170,88 100,000 | 30.170,88 100,000 |
| 1.038 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.508.543,75 100,000 | 1.508.543,75 100,000 |
| 1.039 | IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO TURISTA | Manutenção (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 5.512.649,88 100,000 | 5.512.649,88 100,000 |
| 1.041 | CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA PRÁTICA DE ESPORTES | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.206.835,00 100,000 | 1.206.835,00 100,000 |
| 1.061 | AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MOBILIÁRIOS P/ SEC. MUNIC. DE TURISMO, CULTURA, DESPORTO E LAZER | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 146.544,25 100,000 | 146.544,25 100,000 |
| 1.072 | CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E QUADRAS ESPORTIVAS NAS LOCALIDADES RURAIS | Aumento de Patrimônio (%) | 01/01/2018 31/12/2021 | R\$ Meta | 1.606.094,16 100,000 | 1.606.094,16 100,000 |

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|---|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------|--------------|
| 2.021 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE TURISMO, CULTURA, DESPORTO E LAZER | Manutenção (%) | 642.811,170 | 674.951,720 | 708.699,310 | 744.134,270 | 100,00 | 2.770.596,47 |



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

Programas de Governo

Anexo III

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/ SEGURIDADE

Atividades

| Ação | Título | Produto (Unidade de Medida) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Meta | R\$ |
|-------|---|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------|--------------|
| 2.022 | DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CULTURA, DESPORTO E LAZER NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS | Manutenção (%) | 216.583,330 | 227.412,490 | 238.783,130 | 250.722,270 | 100,00 | 933.501,22 |
| 2.023 | GESTÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DAS FESTAS CULTURAIS, RELIGIOSAS E TRADICIONAIS | Manutenção (%) | 1.899.514,360 | 1.994.490,080 | 2.094.214,580 | 2.198.925,320 | 100,00 | 8.187.144,34 |
| 2.094 | GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNIC. DE TURISMO, CULTURA, DESPORTO E LAZER | Manutenção (%) | 180.000,000 | 189.000,000 | 198.450,000 | 208.372,480 | 100,00 | 775.822,48 |
| 2.104 | GESTÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DAS CULTURAS POPULARES | Manutenção (%) | 24.000,000 | 25.200,000 | 26.460,000 | 27.783,000 | 100,00 | 103.443,00 |



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia

ANEXO I: METAS FISCAIS



Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia

ANEXO II: RISCOS FISCAIS



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa
Estado da Bahia**

ANEXO III: METAS E PRIORIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
Tel: (77) 3481-3374



ERRATA A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 621 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

ONDE SE LÊ:

LEI Nº 621 DE 07 DE JUNHO DE 2019.

“Inclui em programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais com fulcros no Art. 9º e demais dispositivos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar o Plano Plurianual/PPA 2018/2021, Lei nº 567 de 16 de novembro de 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO para o exercício de 2019, aprovada pela Lei nº 591 de 23 de julho de 2018, mediante inclusão do elemento 4.4.90.51 – Obras e Instalações na ação “1.019 – Pavimentação e urbanização de vias e logradouros” no programa 6 – Lapa em Ação e na Lei Orçamentária Anual/LOA para o exercício de 2019, Lei nº 599 de 17 de dezembro de 2018, através de crédito adicional especial, conforme descrito abaixo:

U.O.: 06.06 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Ação: 1.019 – Pavimentação e urbanização de vias e logradouros

Elemento: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Valor: R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais)

Art. 2º – Os créditos a que se refere o artigo anterior serão cobertos no valor de R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais) pela redução nas seguintes dotações orçamentárias:

U.O.: 03.03 – Secretaria Municipal de administração

Ação: 2.012 – Gestão das Atividades da Administração Geral

Elementos:

3.1.90.13 – Obrigações Patronais R\$ 200.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo R\$ 400.000,00

3.3.90.35 – Serviços de Consultoria R\$ 300.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00

Valor: (hum milhão de reais) R\$ 1.000.000,00

U.O.: 06.06 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Ação: 1.026 – Ampliação da Malha Viária Municipal

Elemento: 4.4.90.51 – Obras de instalações R\$ 500.000,00

Valor: (quinhentos mil reais) R\$ 500.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
 Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
 Tel: (77) 3481-3374



U.O.: 07.07 – Secretaria Municipal de Educação
 Ação: 2.035 – Gestão das Atividades do Ensino Infantil
 Elemento: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 400.000,00
Valor: (quatrocentos mil reais) R\$ 400.000,00

U.O.: 07.07 – Secretaria Municipal de Educação
 Ação: 2.036 – Gestão das Atividades do Ensino Fundamental
 Elemento: 3.1.90.13 – Obrigações Patronais R\$ 2.000.000,00
Valor: (dois milhões de reais) R\$ 2.000.000,00

U.O.: 08.08 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer
 Ação: 1.039 – Implantação do Centro de Apoio ao Turista
 Elementos:
 4.4.90.51 – Obras e Instalações R\$ 950.000,00
 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 50.000,00
Valor: (hum milhão de reais) R\$ 1.000.000,00

Artigo 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus da Lapa - Estado da Bahia, 07 de Junho de 2019.

Eures Ribeiro Pereira
 Prefeito Municipal

Victor Hugo Souza Batista
 Secretário Municipal de Administração,
 Governo e Planejamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
 Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
 Tel: (77) 3481-3374

**LEIA-SE:****LEI Nº 621 DE 07 DE JUNHO DE 2019.**

“Inclui em programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais com fulcros no Art. 9º e demais dispositivos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar o Plano Plurianual/PPA 2018/2021, Lei nº 567 de 16 de novembro de 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO para o exercício de 2019, aprovada pela Lei nº 591 de 23 de julho de 2018, mediante inclusão do elemento 4.4.90.51 – Obras e Instalações na Fonte de Recurso 90 – Operações de Crédito, ação “1.019 – Pavimentação e urbanização de vias e logradouros” no programa 6 – Lapa em Ação e na Lei Orçamentária Anual/LOA para o exercício de 2019, Lei nº 599 de 17 de dezembro de 2018, através de crédito adicional especial, conforme descrito abaixo:

U.O.: 06.06 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Ação: 1.019 – Pavimentação e urbanização de vias e logradouros (Fonte de Recurso 90 – Operações de Crédito)

Elemento: 4.4.90.51 – Obras e Instalações (Fonte de Recurso 90 – Operações de Crédito)

Valor: R\$ 4.9000.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais)

Art. 2º – Os créditos a que se refere o artigo anterior serão cobertos no valor de R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais) pela redução nas seguintes dotações orçamentárias:

U.O.: 03.03 – Secretaria Municipal de administração

Ação: 2.012 – Gestão das Atividades da Administração Geral

Elementos:

3.1.90.13 – Obrigações Patronais R\$ 200.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo R\$ 400.000,00

3.3.90.35 – Serviços de Consultoria R\$ 300.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00

Valor: (hum milhão de reais) R\$ 1.000.000,00

U.O.: 06.06 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Ação: 1.026 – Ampliação da Malha Viária Municipal

Elemento: 4.4.90.51 – Obras de instalações R\$ 500.000,00

Valor: (quinhentos mil reais) R\$ 500.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
 Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
 Tel: (77) 3481-3374



U.O.: 07.07 – Secretaria Municipal de Educação
 Ação: 2.035 – Gestão das Atividades do Ensino Infantil
 Elemento: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 400.000,00
Valor: (quatrocentos mil reais) R\$ 400.000,00

U.O.: 07.07 – Secretaria Municipal de Educação
 Ação: 2.036 – Gestão das Atividades do Ensino Fundamental
 Elemento: 3.1.90.13 – Obrigações Patronais R\$ 2.000.000,00
Valor: (dois milhões de reais) R\$ 2.000.000,00

U.O.: 08.08 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer
 Ação: 1.039 – Implantação do Centro de Apoio ao Turista
 Elementos:
 4.4.90.51 – Obras e Instalações R\$ 950.000,00
 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 50.000,00
Valor: (hum milhão de reais) R\$ 1.000.000,00

Artigo 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus da Lapa - Estado da Bahia, 07 de Junho de 2019.

Eures Ribeiro Pereira
 Prefeito Municipal

Victor Hugo Souza Batista
 Secretário Municipal de Administração,
 Governo e Planejamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
 Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
 E-mail: licitacao@bomjesusdalapa.ba.gov.br
 Tel: (77) 3481-3374



TERMO DE DISTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 CONTRATO Nº 001/2019

Termo de Distrato celebrado entre a Prefeitura do Município de Bom Jesus da Lapa e a Empresa AS ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 17.700.937/0001-39.

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a Prefeitura do Município de Bom Jesus da Lapa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 14.105.183/0013-14, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n, cidade de Bom Jesus da Lapa/BA, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Eures Ribeiro Pereira, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG. nº 07.501.733-43, inscrito no Cadastro de pessoa física sob o nº 737.517.155-68, residente na Rua Presidente Médici, 137, Bairro São Gotardo Bom Jesus da Lapa-BA, de ora em diante denominada CONTRATANTE, e a Empresa AS ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 17.700.937/0001-39, com sede na Rua Sócrates, Guanaes Gomes, nº 197 – Bairro Candéal – Salvador/BA. CEP: 284.495.335-20, ora representada pelo Srº Alan Fabrício de Cerqueira Abreu, portador da cédula de identidade RG 05957802-53 SSP/BA, inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº 910.362.755-15, de ora denominado CONTRATADO, por força do processo de licitação nº 001/2019, concorrência nº 001/2019, a teor da Lei 8.666/93, têm entre si como justos e acordados a celebração do presente distrato, mediante cláusulas e condições seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa– Bahia, resolve em comum acordo, nesta data, embasado no Art. 79,II da Lei n.º 8.666/93, rescindir de pleno direito o contrato administrativo nº 001/2019, celebrado em 22 de Fevereiro de 2019, referente ao processo de licitação na modalidade Concorrência Pública nº 01/2019 e do Processo Administrativo nº. 001/2019 cujo objeto trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM TSD – TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO DAS RUAS DO BAIRRO PARQUE VERDE NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA – BAHIA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA
Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.
CNPJ: 14.105.183/0001-14
E-mail: licitacao@bomjesusdalapa.ba.gov.br
Tel: (77) 3481-3374



2- CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 – Fundamenta-se o presente Instrumento nos termos nos termos da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial o inciso II do art. 79, na forma prevista no art. 472 da Lei Federal n 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), que se regerá pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

3- CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONSIDERAÇÕES DO DISTRATO

CONSIDERANDO QUE o recurso para a execução da Obra seria através de financiamento com a DESEMBAHIA – Agencia de Fomento do Estado da Bahia e por questões burocráticas o processo não foi concluído;

CONSIDERANDO QUE em função da não conclusão do processo de financiamento a prefeitura ficou impossibilitada de emitir a Ordem de Serviço para a Obra

CONSIDERANDO QUE a empresa contratada solicitou formalmente o Distrato em função da validade da proposta inicialmente apresentada na licitação e o tempo transcorrido sem a devida Ordem de Serviço;

4- CLÁUSULA QUARTA. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional, contidos no mesmo.

5- CLÁUSULA QUINTA . Todas as cláusulas e condições contidas no contrato nº 01/20197, de que trata este distrato restam, desde já, distratadas.

6- CLÁUSULA SEXTA. Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação, sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato de parceria, não havendo quaisquer pendências recíprocas.

7- CLÁUSULA SÉTIMA. Assim, seja em qualquer tempo ou grau de desenvolvimento financeiro do **DISTRATANTE** e da **DISTRATADA**, firmando inclusive que, em função dos termos do presente, resta vedado pleitear judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido contrato de parceria ou concernente ao presente distrato.

- DISPOSIÇÕES GERAIS

8- CLÁUSULA OITAVA. O presente distrato passa a vigorar entre as partes a partir do dia 17/07/2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA – BA

Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 208 - Centro.

CNPJ: 14.105.183/0001-14

E-mail: licitacao@bomjesusdalapa.ba.gov.br

Tel: (77) 3481-3374



9- CLÁUSULA NONA. Faz parte do presente instrumento cópia do contrato ora distratado.

DO FORO

10- CLÁUSULA DÉCIMA. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da DISTRATA, as partes elegem o foro da comarca de Bom Jesus da Lapa-BA.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Bom Jesus da Lapa – BA, em 17 de Julho de 2019.

Eures Ribeiro Pereira

CPF.: 737.517.155-68

Contratante

AS ENGENHARIA EIRELI,
CNPJ Nº 17.700.937/0001-39
Contratado

Testemunhas:

1ª _____

CPF.:

2ª _____

CPF.:

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2D79-0433-6A15-9098> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2D79-0433-6A15-9098



Hash do Documento

FD27BE63D4E2B7B9255A3B24906A7CC27645E36F616D760E016B39BDEC706CE8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/08/2019 é(são) :

- Ronni Donato Araujo - 777.275.095-15 em 14/08/2019 15:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - PROCEDE BAHIA PROCESSAMENTO
E CERTIFICACAO DE DOC - 18.195.422/0001-25